

## **ATA DA XXV REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE INFRA-ESTRUTURA – CT-INFRA**

**Data:** 15/12/2005

**Horário:** das 10h00 às 13h00

**Local:** Ministério da Ciência e Tecnologia – Sala dos Conselhos – 2º andar

### **1 – PRESENTES**

#### **1.1– Membros do Comitê Gestor**

Antônio Carlos Campos de Carvalho – Representante da Comunidade Científica

Flávio Fava de Moraes – Representante da Comunidade Científica

Jorge Almeida Guimarães – CAPES

Luís Manuel Rebelo Fernandes – MCT/Presidente do Comitê

Ronaldo Mota – MEC

#### **1.2 – Equipe Técnica e Convidados**

Aldo Pinheiro da Fonseca – MCT

Alisson Alexandre de Araújo – MCT

Celso Alves da Cruz – FINEP

José Ivonildo do Rêgo – ANDIFES

José Roberto Drugowich – CNPq

Márcia Silva – MCT

### **2– PAUTA DA REUNIÃO**

1 . Definição e alocação de recursos às ações verticais 2006

2. Definição e alocação de recursos às ações transversais 2006

3. Outros assuntos

### **3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO**

#### **3.1 – Abertura**

Apreciada a pauta, foi aberta a reunião.

#### **3.2 – Andamento**

##### **Definição e alocação de recursos às ações verticais 2006:**

Considerando que o lançamento do edital PROINFRA 01/2005 havia sido antecipado para o início de dezembro, Dr. Luís Fernandes propôs que os membros comentassem os termos da chamada. Esclareceu que, caso houvesse necessidade, havia possibilidade de se realizarem alterações.

Inicialmente, Prof. Flávio Fava citou um caso de coincidência de fomento para um subprojeto contemplado pelo PROINFRA 01/2004. Indagou se, ocorrendo uma situação semelhante na próxima seleção, seria possível a instituição realizar, a critério da FINEP, uma espécie de remanejamento de recursos, a fim de beneficiar um outro subprojeto que tivesse sido recomendado, mas que, por falta de recursos, não tivesse sido aquinhado. Dr. Celso Cruz respondeu que havia um impedimento jurídico para realizar esse procedimento e Dr. Luís Fernandes complementou dizendo que a transferência automática de recursos contrariaria o entendimento de que o ordenamento é feito por subprojeto e, portanto, poderia acontecer de o outro subprojeto a ser atendido não ser sequer da mesma universidade. Prof. Antonio Carlos afirmou que essa medida, caso aprovada, poderia gerar um precedente muito perigoso ao permitir que a administração central das universidades pudessem reverter um julgamento de mérito realizado.

Após as discussões, definiu-se que seria feita uma ressalva no edital explicitando que os recursos não utilizados em subprojetos aprovados seriam remanejados para atendimento de outro subprojeto recomendado pela comissão julgadora que poderá ou não ser da mesma Instituição.

Prof. Antonio Carlos criticou a forma como o julgamento dos subprojetos havia sido realizado no edital PROINFRA 01/2004. Sugeriu que na seleção do PROINFRA 01/2005 os recursos não fossem divididos entre os grupos de consultores e que houvesse, num primeiro momento, apenas um ranqueamento dos subprojetos. Somente após essa etapa, seria trabalhada a alocação dos valores.

Dr. Celso fez diversos esclarecimentos sobre o processo de julgamento do edital. Destacou informações sobre composição do comitê de avaliação, representação, valor médio dos projetos aprovados e disse que era bastante amplo e generalizado o sentimento de que o processo foi muito bom e de que os resultados foram adequados.

O representante da ANDIFES, Prof. José Ivonildo, destacou que a avaliação dos reitores com relação ao processo de julgamento do PROINFRA 01/2004 também foi muito positiva.

Dr. Ronaldo Mota afirmou que o edital de 2005 deveria dar um peso maior para a questão da coerência institucional. O objetivo seria fazer com que a instituição deixasse claro o interesse que tem em desenvolver determinado projeto como política de pesquisa.

Prof. Antonio Carlos concordou e propôs que, além disso, a informação de como aquela proposta havia sido selecionada pela instituição para compor seu elenco também fizesse parte do julgamento.

Alguns membros sugeriram que fossem alterados critérios do edital PROINFRA 01/2005.

Propuseram que não fosse feita alocação orçamentária por subgrupo, realizando-se, num primeiro momento, somente um ranqueamento das propostas, e que a consolidação, com a definição dos valores, fosse feita posteriormente pelos relatores. Decidiram, porém, que seria mantida a divisão de consultores em subgrupos. O Presidente solicitou que os procedimentos operacionais envolvidos fossem avaliados pela equipe técnica da FINEP.

O Prof. Flávio Fava foi indicado para acompanhar o processo de julgamento do PROINFRA 01/2005.

Finalmente, os membros ampliaram o valor do edital PROINFRA 01/2005 para R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais) para 2006 e R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) para 2007.

**Definição e alocação de recursos às ações transversais 2006:**

Dr. Luís Fernandes informou que o montante disponível para as ações transversais era de R\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais) e apresentou uma planilha elaborada com base nas sugestões encaminhadas pela internet à Secretaria Técnica dos Fundos Setoriais – SETEF. As linhas indicadas para participação do CT-INFRA seriam:

- Equipamentos multi-usuários;
- Sistema Nacional de Biotérios;
- Universidades e campi emergentes;
- Infra-estrutura das unidades de pesquisa do MCT;
- Projetos estruturantes dos sistemas estaduais de ciência e tecnologia;
- Pesquisa básica - Edital universal;
- Parceria na pós-graduação e pesquisa (Casadinho);
- Mobilização e fixação de doutores;
- Formação na área de ciências e matemática;
- Nova RNP;
- Programa de qualificação e modernização dos IPT;
- Unidades de pesquisa tecnológica do MCT;
- Gestão e difusão da informação em CT&I;
- Áreas portadoras de futuro (nanotecnologia e biotecnologia);
- Sistemas para aplicação aeroespacial;
- Apoio aos laboratórios do programa nuclear
- Apoio às unidades de pesquisa – CNEN;
- Infra-estrutura dos ICT da área de defesa;
- Tecnologias de sensores de radar;
- Infra-estrutura do PROANTAR;
- Infra-estrutura das unidades de pesquisa do MCT na Amazônia;
- Pesquisa e desenvolvimento na região amazônica;
- Pesquisa e desenvolvimento – Recursos do Mar;
- Monitoramento de fenômenos naturais;
- Redes estaduais de meteorologia;
- Difusão e popularização da ciência; e
- Pesquisa e desenvolvimento para inclusão social

Após a apresentação, foram feitas algumas ressalvas. Prof. Antonio Carlos e Prof. Flávio Fava mencionaram a questão da pulverização de recursos, notadamente nas ações “Equipamentos multi-usuários” e “Sistema Nacional de Biotérios”. Dr. Ronaldo Mota e Dr. Jorge Guimarães solicitaram a inclusão da região sul na proposta “Parceria na pós-graduação e pesquisa “. Prof. José Ivonildo propôs a participação do fundo na ação “Apoio à criação dos núcleos de inovação nas instituições”.

Por fim, os membros autorizaram que, dentro das linhas apresentadas, o Presidente fizesse os ajustes necessários e alocasse os valores para consolidar o plano de apoio do CT-INFRA às ações transversais.

**Outros assuntos**

Foi informado pelo Dr. Aldo Pinheiro da Fonseca que, a partir desta data, as atas dispensariam assinatura, passando a ser aprovadas eletronicamente.

**4 – PRÓXIMA REUNIÃO**

Não houve deliberação quanto à próxima reunião do Comitê.